

AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.747.222 - PR (2018/0137759-8)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : SANDER PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA
ADVOGADOS : HARRY FRANCOIA - PR011766
ISABELE FRANÇOIA - PR039304
SOC. de ADV. : HARRY FRANCOIA & ADVOGADOS ASSOCIADOS
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE CURITIBA
PROCURADOR : CARLOS AUGUSTO MARTINELLI VIEIRA DA COSTA E OUTRO(S) - PR015872

EMENTA

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ITBI. ART. 173, I, DO CTN. DECADÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Trata-se de controvérsia acerca da fluência ou não do prazo decadencial para a constituição do crédito tributário durante o interregno de tempo conferido à Fazenda Pública para proceder a análise de possível imunidade tributária quanto ao pagamento do ITBI de pessoa jurídica que atue na comercialização de imóveis.
2. Segundo a jurisprudência desta Corte, o prazo para a decadência da constituição do crédito tributário só começa a contar a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
3. No caso dos autos, somente após a verificação de que a empresa não se enquadra na hipótese constitucional de imunidade de ITBI, é que se pode começar a contar o prazo decadencial, nos termos do AgRg no AREsp 70.607/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 07/05/2013, DJe 17/05/2013.
4. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator